

FAZENDO GÊNERO

ANO V Nº10 MARÇO A JUNHO /2001

Mulheres em Ação

os 20 anos, Isabel Teixeira Campos, sindicalista, viu pela primeira vez em sua vida uma cidade: a partir deste momento, sua história mudou. Hoje, ela faz parte do Sintego (Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Goiás) e coordena um setorial do Partido dos Trabalhadores. "O meu exemplo serve para as mulheres que acham que não podem se articular, fazer algo, porque há a possibilidade, sim", diz. Sônia Cleide Ferreira possui uma história diferente. Ela ia em todas as reuniões da Agente Pastoral Negra só para fazer anotações para seu pai, que era coordenador. "Eu sempre ia, mas nunca me envolvia. Ia e ficava lá no fundo", comenta. Agora, Sônia faz parte do Grupo de Mulheres Negras Malunga, ONG da qual foi uma das fundadoras.

As duas possuem trajetórias bem diferentes, mas que se encontram em um lugar comum: o Fórum Goiano de Mulheres. Uma organização composta por grupos feministas, movimentos de mulheres, federações, entidades sindicais, partidos políticos, instituições públicas e mulheres autônomas, totalizando 49 entidades. O Fórum reúne mulheres de várias raças, idades e classes sociais. Segundo Rita Aparecida Azevedo, do Cen-

Chica



tro Popular da Mulher, o Fórum Goiano de Mulheres não visa trabalhar as diferenças, mas busca exatamente a unidade naquilo que se pode fazer coletivamente. E são exatamente essas ações coletivas que têm chamado a atenção da sociedade.

Desde sua criação em 1995, o Fórum Goiano de Mulheres tem atuado de várias maneiras. Todos os anos, tem programado oficinas, palestras e manifestações por ocasião do Dia Internacional da Mulher, 8 de março. Atualmente, o dia cedeu

lugar para o mês da mulher. Este período tem servido para avaliar a situação da mulher na sociedade e, também, para mobilizar diferentes setores. A articulação política realizada pelo Fórum junto a diversos segmentos tem sido um importante instrumento para as mulheres na conquista de seus direitos. Segundo Maria de Fátima Veloso, integrante do Fórum e do Sind-Saúde (Sindicato dos Trabalhadores do Sistema Único de Saúde do Estado de Goiás), "a articulação que o Fórum e

lência e a discriminação e para promover a saúde. Ela ainda ressalta o debate em torno dos espaços ligados ao Estado, buscando a criação de políticas para esclarecer a mulher sobre seus direitos, bem como preparar a sociedade para receber essa mulher com uma nova visão. E é dentro deste processo que o Fórum também busca novas componentes. Segundo Isabel Teixeira, um dos desafios da entidade é justamente o de ir atrás das mulheres que estão alijadas, que estão à parte do processo de discussão de seus direitos, para que participem.

Segundo Rurany Ester Silva, coordenadora do Fórum e uma das diretoras do Grupo Transas do Corpo, o Fórum Goiano de Mulheres tem

Marina Moreira



todas as mulheres fizeram para garantir a cota de 30% no primeiro escalão do governo municipal (Goiânia) foi fundamental". Na capital de Goiás, dos 33 cargos, contando as assessorias especiais que têm status de primeiro escalão, 13 ficaram com mulheres. O Fórum também participou efetivamente da formação do Conselho Estadual da Mulher em Goiás.

Caracterizando-se como espaço de troca, o Fórum Goiano de Mulheres realiza debates importantes. De acordo com Rita Aparecida, a entidade viabiliza discussões fundamentais, como a de políticas públicas em torno da questão da mulher, a de mecanismos para coibir a vio-

avariado, dando maior visibilidade à luta das mulheres por saúde, educação, emprego, combate à violência e à discriminação. "Como coordenadora procuro respeitar as diferenças de cada participante dentro do processo coletivo que é desenvolvido no Fórum", esclarece. A participação no Fórum é aberta a toda a sociedade civil e a entidades que trabalhem em prol da mulher. Rurany Ester ressalta, ainda, que todo o trabalho do Fórum é realizado na perspectiva de empoderar a mulher, e para isto inclui a consolidação das organizações, na construção de uma sociedade justa, onde mulheres e homens tenham direitos e oportunidades iguais de fato.

Arquivo CEI



Um fórum pela igualdade

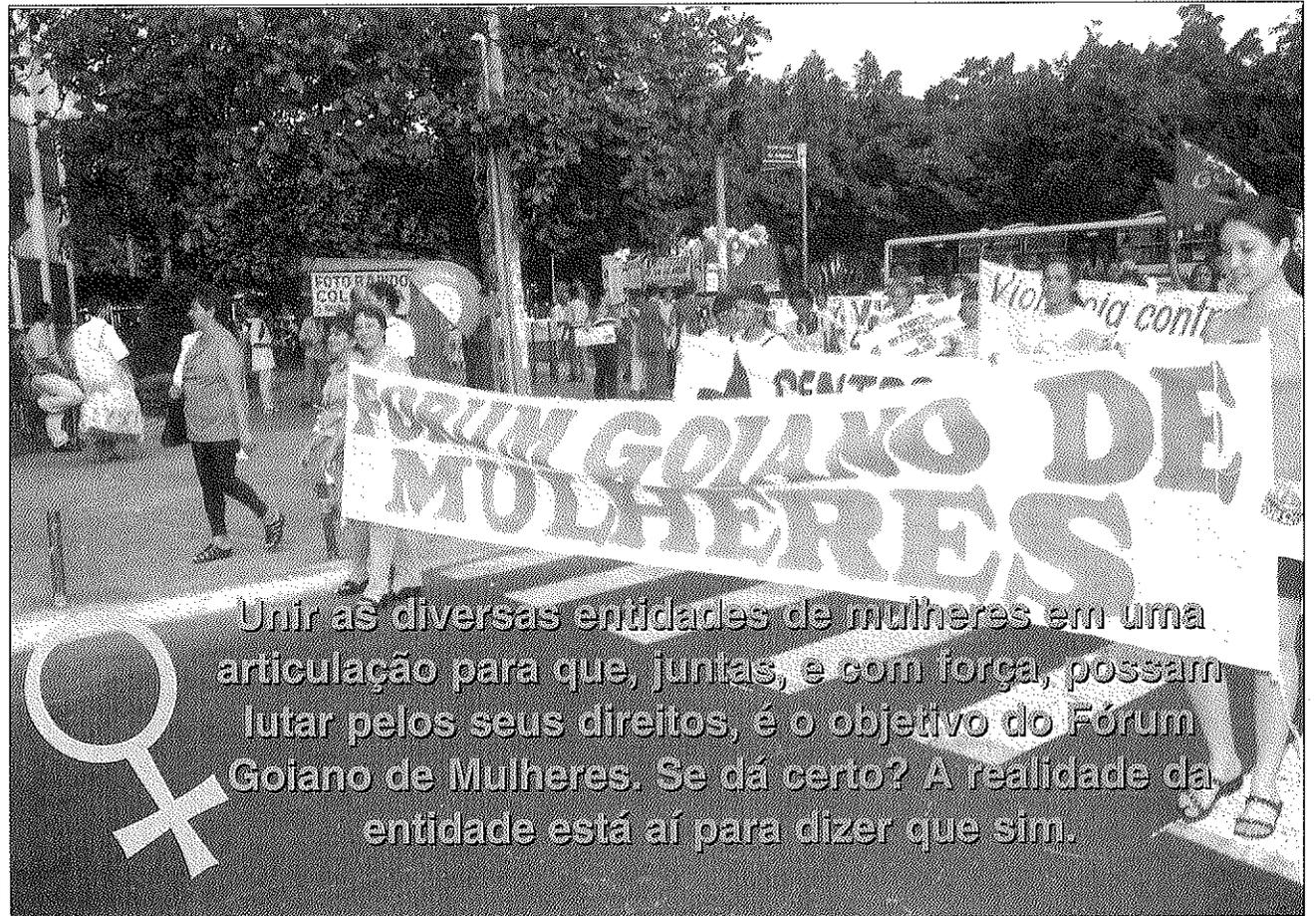
A revolução das mulheres

A pesar de certa insistência em enfatizar perdas e apresentar dados sombrios sobre a situação da mulher nas atividades deste 8 de março – Dia Internacional da Mulher, achamos que há, sim, motivos de sobra para comemorar. Por isso, o FG traz, neste número, uma pequena amostra do extraordinário trabalho de articulação do Fórum Goiano de Mulheres, da incrível mudança por que passaram algumas de suas integrantes no contato com o feminismo, esse movimento que, como disse uma vez Rose Marie Muraro, representa, em trinta anos, a revolução de dez mil anos de patriarcado. Achamos que isso não é pouca coisa.

A página de saúde antecipa algumas informações da pesquisa sobre a atenção à saúde da mulher "AISM – quo vadis?" que nos remete a reflexões inquietantes a respeito de uma ação considerada chave para a cidadania das mulheres, que é a existência de uma política de atenção integral à sua saúde. Podemos perceber, com preocupação, que falta muito ainda para que tal ocorra a contento.

E tem mais...Notícias sobre o Centro de Estudos e Informação – CEI, notas sobre as atividades e novidades do Transas do Corpo. Esperamos que aproveite bem o boletim e o divulgue. Ficaremos felizes com seus comentários. Escreva-nos!

Chica



Unir as diversas entidades de mulheres em uma articulação para que, juntas, e com força, possam lutar pelos seus direitos, é o objetivo do Fórum Goiano de Mulheres. Se dá certo? A realidade da entidade está aí para dizer que sim.

Desde 1982, feministas, em Goiás, procuram trabalhar em conjunto para a realização de atividades pelo Dia Internacional da Mulher, 8 de março. Mas é em 1995, com o processo de mobilização das entidades de mulheres do Estado para a participação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher – Beijin'95, que o Fórum Goiano de Mulheres é criado. Quatro organizações participaram de seu início: o Grupo Transas do Corpo, o Grupo Autônomo Oficina Mulher, o Centro Popular da Mulher e o Pim-Ep (Programa Interdisciplinar da Mulher Estudos e Pesquisa). Nos seus sete anos de existência, o Fórum foi se ampliando e hoje já está com 49 entidades.

Segundo Rurany Ester Silva, coordenadora do Fórum, a entidade tem trabalhado na implementação de políticas públicas que conduzam à eliminação da discriminação contra a mulher. Para isto, investe na consolidação das organizações de mulheres e monitora a aplicação da Plataforma de Ação de Beijin'95 e da Conferência de Desenvolvimento e População – Cairo'94, que foram assinadas em acordo entre diversos governos, inclusive o brasileiro.

Dentro das ações do Fórum está a humanização do parto no município de Goiânia, a proposta de implantação do programa de atendimento aos portadores de anemia falciforme na rede pública de saúde de Goiás e

a avaliação das atividades da Rede de Atendimento às Mulheres, às Crianças e aos Adolescentes em Situação de Violência, que foi implantada há dois anos. A educação sexual não sexista também é prioridade da entidade, que está se articulando junto às secretarias estadual e municipais de Educação para a implantação do tema na grade curricular. O Fórum também tem realizado campanhas de combate às propagandas na mídia onde as mulheres são colocadas em situação de discriminação e de violência.

Chica



Entrega das reivindicações da Marcha Goiana ao Governo do Estado de Goiás



Órgão Informativo do Grupo Transas do Corpo
Rua 137 com Av. 85, nº 556, Ed. da Moda, sala 301, St. Marista, Goiânia-GO/Brasil.
74.170-120. Fone: 55 (62) 241-9257 / 241-9617.
transas@transasdocorpo.com.br
www.transasdocorpo.com.br

Coordenação Executiva:

Eliane Gonçalves - Mestre em Educação e Especialista em Saúde Pública

Gelva M. M. Costa - Assistente Social

Joana Plaza Pinto - Mestre em Linguística

Kemle Semerene Costa - Nutricionista e Especialista em Saúde Pública

Lenise Santana Borges - Mestre em Mulher e Desenvolvimento, Psicóloga e Especialista em Saúde Pública

Rurany Ester Silva - Assistente Social e Especialista em Saúde Pública

Conselho Diretor:

Ana Maria Costa
Joselene Vieira dos Santos
Maria Cláudia H. da Silva e Souza
Kátia Karam Toralles (suplente)

Conselho Consultivo:

Eleuse de Brito Guimarães
Lívia Martins Carneiro
Solange Rocha
Maria Luíza Moura (suplente)

Conselho Fiscal:

Ana Maria de Oliveira
Eleny Xavier Marinho
Márcio André Martins dos Santos
Regina Rodrigues de Moraes (suplente)

Equipe Técnico-Administrativa:

Administrativo e Financeiro:

Maria Cristina de Oliveira

Assessoria de Comunicação:

Maristela Vitória

Auxiliar Administrativo:

Fábio Felipe

Biblioteconomia:

Cida Rodrigues

Secretaria:

Andréia de Paula Silva

Apoio:

Fundação MacArthur
Fundação Ford
International Women's Health Coalition

Jornalista responsável:

Maristela Vitória – MTB 908/04/197

Redação:

Cida Rodrigues, Eliane Gonçalves e Maristela Vitória.

Revisão: Suzana Oellers

Colaboração: Albineiar Plaza Pinto

Editoração: Carla de Abreu (223-0566)

As opiniões presentes nas entrevistas ou nos artigos publicados são de responsabilidade de seus autores.

Atenção à saúde da mulher em Goiânia: como anda?

Notas preliminares da pesquisa AISM – *quo vadis?*¹

Grupo Transas do Corpo participa, há um ano, da pesquisa AISM – *quo vadis?*, um estudo multicêntrico desenvolvido em cinco municípios brasileiros, sob a coordenação do Núcleo de Estudos em Saúde Pública – NESP, da UnB, que visa avaliar a assistência à saúde da população feminina do município, analisando os serviços disponíveis, os principais problemas de saúde, a satisfação das usuárias e o processo de gestão local. A pesquisa se caracteriza como um estudo de caso, com metodologia única para todos os municípios participantes, que foram selecionados obedecendo critérios de representação regional, dimensão populacional, modalidade de gestão no Sistema Único de Saúde-SUS, existência e disponibilidade de grupo local para realizar o estudo e aceitação da autoridade municipal para participar do estudo de caso. Os resultados do estudo servirão para instrumentalizar os gestores locais e os movimentos sociais, especialmente o movimento feminista, para avaliar políticas públicas para a saúde da mulher e, com isto, melhorar o controle institucional e social sobre a execução destas políticas.

O estudo de caso está em fase de conclusão e o FG quer antecipar alguns dados para reflexão. Para tal, escolhemos fragmentos de dois tópicos da pesquisa: qualidade dos serviços e percepção das usuárias.

Os serviços

As respostas sobre a qualidade da assistência, incluindo distribuição dos serviços, o que oferecem e os recursos disponíveis, variam muito se quem responde é gestor/a, coordenador/a técnico/a ou profissional atendendo na unidade. Representante de um dos distritos sanitários da Secretaria Municipal de Saúde declarou que a AISM está presente em 100% das unidades; um outro informou que em duas de suas nove unidades ainda está em fase de implantação. Na avaliação da gestora da AISM em Goiânia, Maria Cláudia Honorato, apesar de todas as unidades contarem com ginecologista, a AISM está, de fato, presente em aproximadamente 50% delas, em função das dificuldades enfrentadas pelas mesmas e a questão educativa fora do pré-natal está ruim, não tendo mais grupos relacionados com sexualidade, menopausa, entre outros.

Através de entrevistas com profissionais de saúde, percebe-se a falta de clareza a respeito da política de assistência à saúde das mulheres preconizada pela Secretaria Municipal. O que se observa é que ações de maior prioridade para a instituição, ou mesmo os "programas", geralmente são tomados como a política em seu todo, como nos casos de planejamento familiar, DST, tratamento do climatério e Projeto Nascer Cidadão. Além do mais, as condições elementares, e até mesmo precárias, de determinadas unidades de saúde, a preocupação excessiva com a produtividade em detrimento da qualidade do atendimento, assim como a inexistência de uma política salarial que valorize e estimule os recursos humanos, ainda hoje são alvo de exaustivas discussões e reivindicações na saúde pública e, muitas ve-

Ilustração da Cartilha: "Esse sexo que é nosso - FCC"



O que é Atenção Integral à Saúde da Mulher – AISM

Em resposta à reivindicação do movimento organizado de mulheres, em 1983, o Ministério da Saúde lança o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher – PAISM, numa conjuntura de reformas importantes, como as ações integradas de saúde, embrião do que é hoje o SUS. Até aquela época, a assistência à saúde da mulher no país acontecia através dos tradicionais programas materno-infantis que se preocupavam apenas com o período gravídico-puerperal, reforçando a visão da maternidade como única via de acesso à cidadania feminina. O PAISM inovava incorporando ações de controle das DST e do câncer de colo de útero e de mama, do planejamento familiar e, sobretudo, na ênfase dada às ações educativas em sexualidade.

O PAISM (hoje AISM) teve o Estado de Goiás como experiência piloto, a partir de 1984, quando formou uma equipe coordenadora multiprofissional que tinha por intenção "revolucionar" o quadro da assistência à mulher até então prestada. O processo de formação priorizava as metodologias educativas que pudessem proporcionar aos profissionais de saúde uma compreensão mais crítica de si mesmos e de seu papel nos serviços. Todo este investimento visava transformar as usuárias de passivas receptoras de informações em participantes ativas, por meio de grupos de reflexão, oficinas de vivência, entre outros recursos.

No início, o PAISM gerou desconfianças. Alguns acreditavam tratar-se apenas de um programa governamental de controle da natalidade. Com o passar do tempo e o desenvolvimento das atividades, os embates foram cessando e cedendo espaço a uma grande mobilização das ativistas feministas para tornarem o que estava no papel uma realidade.

zes, justificativas da má qualidade da assistência. Obstáculos e dificuldades apresentados por profissionais de saúde entrevistados reafirmaram tais questões. Por outro lado, o tempo de permanência do profissional na unidade e o tempo destinado, especialmente, às consultas médicas do serviço público, há muito também têm sido alvo de discussões e críticas.

A qualidade, na opinião das usuárias

Na opinião das 79 entrevistadas, o tempo gasto na consulta médica de primeira vez foi assim avaliado: 8,9% declararam ter sido menos de 5 minutos; 46, 8%, entre 5 e 10 minutos; 20%, entre 11 e 15 minutos e 24 %, mais de 15 minutos. Ao nos depararmos com 76% das mulheres entrevistadas sendo atendidas em menos de 15 minutos, tendo em vista nossos parâmetros, poderíamos nos perguntar como seria possível seguir normas e, ainda, registrar satisfatoriamente os dados no prontuário. Como se preocupar em ouvir a paciente, não só em suas queixas relativas à saúde, como também em informações complementares que venham contribuir para a melhor compreensão dos agravos apresentados?

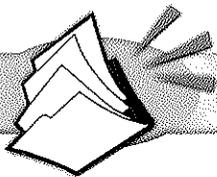
Mas, será que as usuárias também pensam da mesma forma? Das 76% que foram atendidas em menos de 15 minutos em suas primeiras consultas, 58,3% consideraram suficiente o tempo destinado, declarando terem falado tudo o que queriam. O aparente paradoxo nos remete ao mesmo tempo à expectativa das mulheres em relação aos serviços, à qualidade da atenção que rotineiramente vêm recebendo e o nível de conhecimento adquirido sobre seus direitos. É provável que, numa conjuntura de maior consciência e empoderamento por parte das mulheres, tal grau de satisfação não fosse tão alto.

O estudo de caso também nos revelou que usuárias deslocam-se de longa distância quando informadas da "boa qualidade" de uma unidade de saúde, mesmo que o bairro onde residam ofereça outra opção. Esse dado revela que querem ser atendidas com carinho, paciência, educação, compreensão e atenção; precisam ser ouvidas, tirar dúvidas e receber informações corretas; demandam agilidade no atendimento, melhor acesso a medicamentos e exames.

O que podemos antecipar com estas análises parciais da pesquisa AISM – *quo vadis?* é que, diante de conquistas, há de se prosseguir, tentando corrigir os erros, pois na presença de condições políticas satisfatórias, a AISM continua viável e necessária. Portanto, enquanto não existir, novamente, vontade política nos diversos níveis do governo, dando condições concretas de desenvolvimento das ações, as unidades de saúde prosseguirão perpetuando um modelo de assistência à mulher sem a perspectiva de gênero, ou seja, sem estar atentas às suas reais necessidades.

1. "AISM – *quo vadis?*" pode ser entendido como: Atenção Integral à Saúde da Mulher – a quantas anda?

Fontes:
NESP/UnB/Projeto AISM - *quo vadis?*
COSTA, Kemlé S. Texto introdutório de análise da pesquisa.



Gênero e sexualidade em discussão



Encerramento do primeiro módulo. No equivo, Eliane Gonçalves, monitora.

Trinta profissionais do Centro Social Dona Gercina, da Organização das Voluntárias do Estado de Goiás, estão participando do curso "Gênero, sexualidade e violência". No primeiro módulo, que foi ministrado em fevereiro, os/as participantes discutiram os temas Relações de Gênero, com a monitoria de Eliane Gonçalves, da equipe do Grupo Transas do Corpo, e Políticas Públicas, com Joseleto Santos, professor da Universidade Católica de Goiás. O curso

deve terminar em abril e tem a coordenação do Grupo Transas do Corpo.

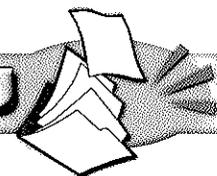
Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos

Em abril, nos dias 27 e 28, começa em Goiânia o curso Advocacy em Direitos Sexuais e Reprodutivos. O primeiro módulo será ministrado por Wilza Villela, feminista, doutora em Psiquiatria e médica sanitarista, uma das fundadoras do NEPAIDS/USP – Núcleo de Estudos e Prevenção da Aids. Nos dias 25 e 26 de maio, se discutirá planejamento estratégico com Ana Costa, feminista e médica sanitarista. Já em junho, nos dias 29 e 30, haverá a avaliação e o monitoramento de políticas públicas, também com Ana Costa. O curso está sendo promovido pelo Grupo Transas do Corpo. Informações pelos fones: (62) 241-9257 e 241-9617 ou pelo e-mail: transas@transasdocorpo.com.br.

Transas on line

O website do Grupo Transas do Corpo vai estar no ar a partir do mês de abril. Criado em 1998, ele passou por modificações este ano e agora está com um layout mais moderno. Perguntas às técnicas do GTC sobre sexo, gênero e saúde podem ser feitas em Contatos e Links. A novidade é a parte de links de outras páginas e a disponibilização do boletim Fazendo Gênero. No website você também encontrará a história do grupo, sua missão e seus princípios. Faça uma visita e depois entre em contato conosco para dar sua opinião. Estamos esperando você no endereço: www.transasdocorpo.com.br

O QUE ROLOU



Parabéns GTC

Para o aniversário de seus 14 anos, o Grupo Transas do Corpo programou o lançamento do vídeo sobre sua história. A produção traz depoimentos das/os integrantes do Grupo Transas do Corpo e mostra que o desejo de criar um espaço democrático com possibilidade de desenvolver ações voltadas para as mulheres é possível. O vídeo teve o apoio de C.A.R.A Vídeo Produções, Fundação Ford, Fundação MacArthur e International Women's Health Coalition. O roteiro foi produzido por Joana Plaza Pinto, Maristela Vitória e Pedro Plaza Pinto. A abertura com animação gráfica foi doada pelo designer gráfico Carlos César.

Homenagem

No Dia Internacional da Mulher, a Câmara Municipal de Goiânia homenageou duas importantes goianas. Rurany Ester Silva, diretora do Grupo Transas do Corpo, foi homenageada pela sua atuação no Fórum Goiano de Mulheres. Albinéar Plaza Pinto, médica, recebeu homenagem por sua longa trajetória de luta em prol da cidadania das mulheres e por estar assumindo o cargo de diretora do Departamento da Rede Básica da Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia. O FG também parabeniza as duas por representarem todas as mulheres que têm lutado pela igualdade de direitos e oportunidades.

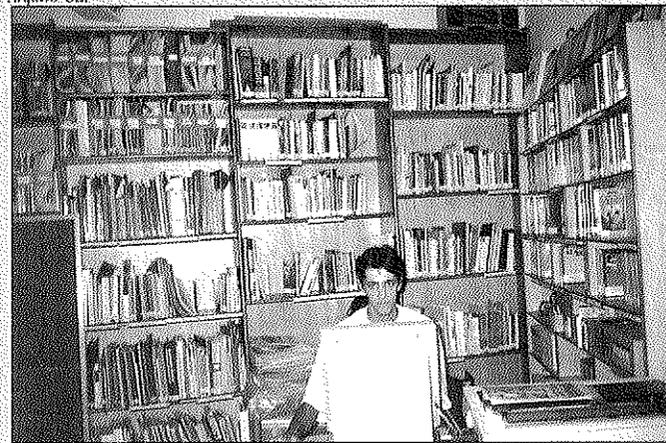
Catálogo de vídeo

Novidade do Centro de Estudos e Informação (CEI) do Grupo Transas do Corpo é o seu catálogo de vídeo e material educativo. Mais de 230 produções, nas áreas de gênero, saúde e sexualidade, fazem parte do catálogo, que pode ser adquirido na sede do GTC. Memória de Mulheres, produção de Commulher-SP; Eu, Mulher Negra, do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – SP; e Atreve-te a Saber, do SOS Corpo, são títulos que o CEI indica para se discutir a questão da mulher.



CEI aberto à comunidade

Arquivo CEI



"Um rico local de pesquisas que me auxilia em diversas áreas". É assim que Érica de Melo, estudante universitária, define o Centro de Estudos e Informação (CEI) do Grupo Transas do Corpo. Sua fala confirma a importância que o CEI tem desempenhado na informação e no auxílio à formação de diversas pessoas. Desde sua criação, em 1993, tem sido um dos principais eixos de atuação do GTC. Formado por biblioteca, videoteca e hemeroteca, possui mais de cinco mil documentos nas áreas de gênero, saúde e sexualidade.

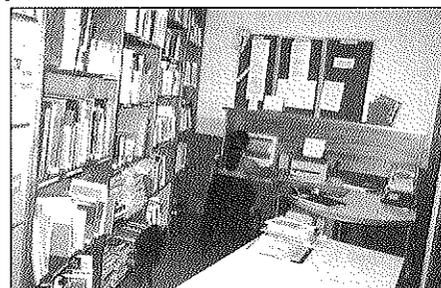
"O CEI representa uma fonte de informações, recursos e apoio ao desenvolvimento do nosso trabalho." (Ana Flávia de A. Santos, Psicóloga e Leclida P. S. Tomé, Assistente Social)

Em 2000, o CEI registrou um crescimento no número de atendimento de 6% em relação a 99. Já em relação a 98, foi registrado um aumento de 11%. Esses dados mostram que a ampliação de sua estrutura e a constante atualização dos seus instrumentos de informação (acervo bibliográfico, audiovisual e tecnológico) têm valido a pena. Uma das vantagens no atendimento oferecido pelo CEI é o acompanhamento feito por uma das profissionais do GTC, que auxilia os/as usuários/as tirando dúvidas, discutindo e analisando o material pesquisado. Este serviço

precisa ser agendado previamente.

"CEI: um centro de informações para os/as jovens goiantenses que há muito era necessário e que se faz realidade." (Rita R. de Souza, Professora de Língua Portuguesa)

Nos últimos quatro anos o CEI tem servido de campo de estágio para acadêmicos/as de Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás e oferece espaço para estudantes do Programa Bolsa Universitária da Organização das Voluntárias de Goiás (OVG), os quais prestam serviços em nossa organização, ao mesmo tempo que se aperfeiçoam profissionalmente. Como alternativa para sua sustentabilidade, o CEI estuda a possibilidade de buscar recursos através da Lei de Incentivo a Projetos Culturais (Lei nº 8.313, de 23/12/1991 – Lei Rouanet), que permite que os recursos oferecidos sejam revertidos em incentivos fiscais na dedução do imposto de renda. Assim, o valor desse incentivo poderá custear o desenvolvimento de projetos do CEI com relação à melhoria das instalações e à ampliação dos serviços.



Arquivo CEI

AGENDA

Março

- 8, Dia Internacional da Mulher
- 21, Dia Internacional Contra a Discriminação Racial

Mai

- 9 a 12, VIII Congresso Brasileiro de Sexualidade Humana, em São Paulo. Maiores informações no site: www.sbrash.org.br ou pelo telefone: (11) 3263-0875
- 13, Dia Nacional de Luta Contra o Racismo
- 28, Dia Mundial de Ação pela Saúde da Mulher

Junho

- 21, Dia Internacional da Educação Não Sexista